



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

GRUPO DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 30/06/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberta a 6ª reunião do Grupo de Trabalho para dar início ao aprimoramento do PL 415/12, do Executivo Municipal, que aprova o Plano Municipal de Educação na cidade de São Paulo para o decênio de 2011/2020.

Os temas da reunião de hoje são: Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Afro-brasileira.

Temos algumas metas do Plano e hoje trataremos da Meta 22.

Faremos uma roda de conversa entre todos os interessados. Na primeira rodada, cada um dos inscritos terá cinco minutos para a fala. Depois, faremos a segunda rodada, com um pouco menos de tempo. Se houver tempo, teremos uma terceira rodada.

As inscrições estão abertas.

A Sra. Silvana, Assessora do nobre Vereador Reis, terá a palavra para justificar a ausência do nobre Vereador.

A SRA. SILVANA – Boa noite a todos.

Hoje, o nobre Vereador Reis está recebendo uma homenagem pela criação do PL de Cotas, na Igreja São José dos Pretos, o que o impediu de estar presente nesta reunião. De qualquer forma, como o mais importante é a presença do Sr. Relator – e S.Exa. está presente, então os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. Relator.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Benê, do Sinesp.

A SRA. BENÊ – Boa noite a todos. Em relação à Meta 22, temos na rede municipal uma questão muito séria, que é a implementação da Lei 10.693.

Então, trouxemos uma proposta, no sentido de efetivar a implementação das Leis 10.693/03 e a 11.645/08, que tornam obrigatória a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial, isso porque a lei posta. Anualmente o Sinesp faz uma pesquisa denominada retrato da rede – e uma das questões refere-se à implementação dessa

lei nas escolas. O que a gente percebe e tem apurado e verificado – resultado da nossa pesquisa – é que a lei é muito pouco trabalhada. A lei está aí, mas a sua implementação real não está ocorrendo.

Outra proposta que consideramos muito importante com relação ao combate a toda forma de discriminação seria no sentido de promover práticas educativas e qualquer forma de preconceito, principalmente junto à educação infantil, faixa de idade onde os conceitos são formados.

Na prática verificamos que a criança traz, até pela educação que recebe e pelas suas vivências, uma grande carga de preconceito. Isso tem de ser trabalhado. Não basta a escola trabalhar ocasionalmente em datas cívicas. Tem de ser uma prática diária. A criança tem de ter vivências de forma que vá superando preconceitos. Insistimos que isso deva se iniciar na educação infantil.

Defendemos também outra proposta que seria a promoção de uma ampla discussão sobre esses assuntos que englobam diversidade e preconceito com relação à seleção de material didático. Deve-se ter o cuidado ao fazer a seleção de material didático para que impliquem em imagens positivas. Temos uma carga muito grande de material que aparece na escola e a mesma acaba utilizando esse material com uma carga preconceituosa muito grande.

O professor, o docente, a equipe gestora, têm de ter uma análise permanente para que não passe nenhum material pedagógico, não se utilize nenhuma metodologia, nada que possa passar uma imagem caricata, não positiva, uma imagem negativa de todos os segmentos com relação: aos negros, à orientação sexual e ao pessoal com deficiência. Então, tem que realmente se trabalhar essa questão. É preciso uma vigilância constante, assim nós consideramos isso.

E por último a administração – SME – ou o Estado, uma vez que estamos falando num (ininteligível) para a cidade de São Paulo, então há a necessidade de oferecer curso de

História da África para os professores para que melhor eles possam aplicar a Lei 10.639 nos projetos pedagógicos. Há a necessidade, então, de uma formação continuada para que eles possam exercer o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Retificando uma questão, as metas que estamos discutindo hoje são as Metas 4, 8, 9, 10 e 22.

A próxima pessoa a contribuir para o debate é a Sra. Sheila, do Instituto Paulo Freire.

A SRA. SHEILA – Boa noite a todos e a todas.

Seguindo o que nós temos feito nas outras reuniões, trazer para essa discussão propostas já aprovadas em 2010 que constam no documento da Conae em 2010, destaco as questões referentes à EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Entre as várias contribuições bastante importantes que surgiram, uma delas diz respeito à alimentação escolar a todos os estudantes, jovens adultos e idosos que chegarem às escolas antes ou durante as aulas. Que, em algum momento, todos tenham o direito a esse acesso à alimentação escolar. Outro aspecto que merece destaque é a questão relativa ao material didático adequado à Educação de adultos: livros, cadernos de apoio, outros materiais didáticos definidos pela escola e pelos professores.

Relembro o que já foi proposto em reunião anterior, a importância de a escola poder fazer a gestão dos recursos. Uma das sugestões que surgiu e foi aqui apresentada é de um AP, Orçamento Participativo, em que a escola e a comunidade escolar possam definir e decidir com rapidez, sem muita burocracia, de que forma utilizar seus recursos. Cabe lembrar isso na questão do EJA.

Outra proposta apresentada e aprovada em 2010 por uma ampla parcela da sociedade civil, foi a criação de uma Coordenação de Currículo de EJA para a realização contínua de estudos e pesquisas, bem como orientação aos professores e escolas para a construção de novas possibilidades de desenvolvimento de um currículo de EJA e de

Educação Continuada de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores. Aqui cabe destacar a importância de horários alternativos, nem sempre o horário noturno é o horário que inclui mais pessoas. Essa é uma demanda antiga.

Foram aprovadas várias questões relativas à Educação de Adultos nas prisões. É uma injustiça em relação ao grande número de pessoas que permanece presa por não ter condições de pagar um valor mínimo para sair. Então temos uma quantidade comprovadamente maior de pessoas presas por absoluta discriminação socioeconômica. Além disso, essas pessoas ficam sem condições de se prepararem nesse período em que ficam presas, por isso precisamos pensar de que forma a Educação no Município pode incluir essas pessoas e fazer com que elas tenham a oportunidade de sair com melhores condições do que quando entraram.

Então temos aqui a proposta de que todas as unidades prisionais da capital paulista contem com profissionais de Educação habilitados e adaptem suas instalações para a realização de atividades educativas, conforme previsto nas diretrizes nacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Outra questão é que sejam implementados mecanismos de valorização profissional a todos os funcionários que atuam nas unidades prisionais da Capital paulista, garantindo programas de apoio técnico e psicológico. Demanda essa muito importante.

Também é importante que em todas as unidades prisionais da Capital sejam criados espaços educativos adequados para receber crianças em visitas a seus pais. Como podemos criar um espaço que possa dar maior dignidade para quem está preso e possibilite um melhor relacionamento com seus filhos.

Por último, que seja realizado em todas as unidades prisionais um senso de demanda para a EJA. Que isso seja estimulado e seja de fato uma preocupação e um compromisso da Educação no Município de São Paulo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o próximo inscrito, Sr. Jonas, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

O SR. JONAS – Boa noite a todos e a todas. Quero falar mais genericamente sobre a Educação em Direitos Humanos. Sou da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo e da Coordenação de Educação em Direitos Humanos.

A formulação da Educação em Direitos Humanos é relativamente recente dentro da Educação Nacional, pelo menos nesses termos. Há algumas normativas importantes que temos para considerar: o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que é um documento de 2006 e ainda não houve nenhuma reformulação ou 2ª edição desse plano por enquanto; o Programa Nacional de Direitos Humanos III, de 2009/2010, também tem um eixo importante sobre Educação em Direitos Humanos; em 2012 o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos humanos, que tonam a Educação em Direitos Humanos um componente curricular obrigatório para todas as escolas do país, evidentemente não como uma disciplina, mas como um tema a ser abordado transversalmente nas escolas e nas formações e, por último, o Programa de Metas do Prefeito Fernando Haddad que também, em sua meta 63 propõe a implementação da Educação em Direitos Humanos na Rede Municipal de Educação.

Então digamos que já há uma série de normativas consolidadas. Acho importante que no momento de fazer o nosso Plano Municipal de Educação haja diálogo com essas normativas nacionais já consolidadas no campo da Educação em Direitos Humanos.

Em relação ao Município, nós da Secretaria Municipal de Direitos Humanos participamos de todo o processo de constituição do Fórum Municipal de Educação e todas as etapas de preparação da Conferência Nacional de Educação de 2014. Fizemos uma conferência livre sobre o eixo dois de Educação e Diversidade, Justiça Social e Inclusão em Direitos Humanos. Participamos das Conferências Regionais do Campo Limpo, da Conferência Municipal e Estadual, enfim, mas sabemos que a conferência que trouxe mais contribuições

para este PL em discussão foi a Conferência de 2010 e não a Conferência de 2013/14.

Então, em relação a essa Conferência de 2010, um grupo do Fórum Municipal de Educação constituiu um grupo de trabalho específico para tratar do tema do Plano Municipal de Educação. Esse grupo, além de tentar colocar na pauta do Fórum Municipal de Educação o tema do Plano Municipal de Educação, foi também resgatar as contribuições e a sistematização da Conferência Municipal de Educação de 2010. Fizemos também um trabalho de cruzamento de documentos vendo o que daquele documento, do PL 415/2012, contemplava ou não o acúmulo da Conferência de 2010.

Uma contribuição que eu, como membro desse grupo de trabalho gostaria de trazer para este espaço e principalmente para a assessoria que vai agora trabalhar com todo o processo de reformulação do plano com a intenção de aproximar o máximo possível do documento de 2010, é o fato de que esses documentos que produzimos podem ser subsídios importantes para esta Comissão.

Como não participei das anteriores não sei se os companheiros do GT Plano Municipal de Educação do Fórum Municipal de Educação já disponibilizaram esses documentos ou não. Acho que é o caso de discutirmos e socializarmos esse acúmulo que temos para a assessoria.

Penso que a nossa contribuição é resgatar esses arquivos de cruzamento de informações e também trazer à tona as normativas nacionais que temos de Educação em Direitos Humanos para serem contempladas aqui.

Por último, quero fazer uma pergunta. Vejo que foi impresso pela assessoria a versão do Plano Municipal de Educação anterior àquela que saiu da Comissão de Administração Pública. Foi a última comissão pela qual tramitou, só peço um esclarecimento de como está essa situação do projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o próximo inscrito, Sr.

José Adão, do Movimento Negro Unificado.

O SR. JOSÉ ADÃO – Do Movimento Negro Unificado. Eu assinaria embaixo as colocações feitas pela Benê e pela Sheila em relação às Leis 10.639 e 11.645 e em especial à questão da educação nas prisões. A gente sabe que a maioria dos presidiários são afrodescendentes e a cultura que temos é a de trancafiar essas pessoas e jogar a chave fora. Nas prisões eles perdem a condição de cidadania. O custo para a sociedade é enorme e somente uma educação para todos os cidadãos, estando livres ou presos, é que garante uma perspectiva para a sociedade.

Em relação especificamente à educação afro-brasileira, a Lei 10.639 especifica a História Geral da África e dos Afrodescendentes no Brasil, valorizando a sua cultura, o seu saber e assim por diante. A alteração da LDB, de 1996 e a 11.645, de 2008, vem também nesse sentido e não tem lógica nenhuma simplesmente as leis bem específicas serem colocadas como uma orientação na rede municipal.

Valorizar as culturas africana, europeia, asiática, indígena é uma questão muito subjetiva, porque um professor pode achar que um valor é de uma forma e abordar um aspecto mais folclórico, e outro professor pode abordar a questão segundo o que ele aprendeu na universidade de forma científica e igualitária para todos.

A nossa história não começa a partir de 1538, quando a escravidão começou aqui. Vemos os fenícios, os gregos, o pessoal da Mesopotâmia, Península dos visigodos, extragodos e assim por diante e só temos a questão do achado do Brasil, a necessidade de mão-de-obra. Os negros foram trazidos para cá e mais nada.

A formação do cidadão, a sua autoestima e a educação – que a Benê menciona - desde criança é uma questão do direito humano ao auto pertencimento, à sua aparência, aos seus valores, à sua formação e, a partir daí, de onde veio, o que está fazendo aqui, contextualizando, e o futuro que se quer em relação a esse povo, a sua família e ao seu país.

Há um ditado que fala do complexo do vira-lata, porque não somos europeus, mas

vivemos como se fôssemos. Não somos americanos, mas seguimos alguns hábitos como se fôssemos. Resumindo, nós não sabemos quem somos e nem o que queremos ser e 50% da população afrodescendente, incluindo os indígenas – essas duas etnias em relação ao Ministério das Relações Exteriores ou qualquer outro órgão de representatividade no país no exterior – não são vistas. O Sr. George Bush, que era bem ignorante, ficou surpreso quando descobriu que no Brasil tinha negros. Isso não é culpa dele, mas uma vez que se vê somente a aparência é isso o que não somente ele, mas todo mundo vai reproduzir.

No Plano Municipal tem que estar especificado a implantação da Lei 10.639, de 2003 e da Lei 11.645, de 2008. Existe um Plano Nacional de implantação dessas leis. Então, o Município deve criar mecanismos internos para integrar a implantação no Município junto com a indumentação a nível nacional, já que somos um país e São Paulo tem de contribuir com a sua potencialidade e a dos seus estudantes, diretores e educadores para a educação nacional.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Renata Garcia, da SME, educação especial.

A SRA. RENATA GARCIA – Boa noite.

Fizemos uma leitura do texto e teremos uma série de indicações pontuais sobre a redação do texto. Mas, antes disso, como o Jonas falou, temos já outras normativas: a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e o Plano Nacional de Educação, que foi sancionado agora.

Foi uma discussão muito intensa e pesada a questão da educação especial, mas o texto da política nacional é infinitamente mais completo e contempla mais as questões da educação especial nessa perspectiva de uma educação inclusiva do que o texto.

O texto do PL precisaria de uma série de acréscimos e até de supressões. Queremos saber se é possível encaminhar uma sugestão com mudanças na redação contemplando principalmente o Plano Nacional recém-sancionado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Isso. Só um esclarecimento, a ideia é a

de que todos que tenham contribuição a nos dar deixem com a assessoria, porque aproveitaremos os textos para fechar o texto final.

A SRA. RENATA GARCIA – Sim. Só uma pergunta de esclarecimento, nobre Vereador, como não estive em outras reuniões, gostaria de saber se seria possível encaminharmos as sugestões de forma sistematizada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Sim, na verdade, até agradecemos, pois ajudaria bastante a relatoria da Comissão. Não somente em relação a esse tema, mas de qualquer outro tema, se as pessoas tiverem contribuições já mais sistematizadas, basta encaminhar à Silvana, ao Edu ou ao Nilson.

A SRA. RENATA GARCIA – É só isso, porque se a gente fosse falar tudo, ponto a ponto, tem uma série de questões conceituais e questões que estão inclusive superadas e terão de ser trocadas, como por exemplo, a reestruturação das escolas municipais de educação especial, que já foi feito num decreto de 2012. Então, está superado. Encaminharemos, então, as sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Rafael, da Secretaria Municipal de Educação.

O SR. RAFAEL – Boa noite a todas e a todos.

Sou Rafael, da Secretaria Municipal de Educação e coordeno núcleos de educação étnico-racial. Concorde muito com as colocações do Jonas e da Renata, há questões tanto mais gerais como também específicas.

Gostei muito da possibilidade de poder encaminhar posteriormente sugestões de redação, mas para não monopolizar a fala, gostaria de destacar duas questões principais. Uma é a questão do Adão, que eu concordo muito, especificar mesmo e implementar. Implantar e especificar as duas leis eficazmente é algo importante, principalmente dentro do contexto do Plano Nacional de Implementação das Leis 10.639 e 11.645 e uma série de normativas e legislações específicas que complementam e implantam essas duas leis no país. É importante

mesmo citar principalmente o conteúdo fundamental das leis, que é o ensino da História e Cultura Afro-brasileira Indígena. É importante ter menção explícita dessas palavras no Plano Municipal.

A segunda questão é com relação a vários aspectos importantes que precisam ser contemplados. Por exemplo, uma pessoa citou a questão da EJA e temos enfrentado...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RAFAEL – Desculpe. Bom, o que eu colocaria é a questão de alguns aspectos específicos, era o que eu estava falando. Por exemplo, a educação escolar indígena. Temos três CECIs – Centro de Educação e Cultura Indígena – em três aldeias de São Paulo: Jaraguá, Terondé Porá e Krukutu. E com as colegas da EJA estamos tentando alternativas - por exemplo, aqui eu vejo que menciona a criança indígena – para que as crianças, no caso a população indígena como um todo tenha acesso à educação. E, pensando a população indígena como um todo, a gente pensa em EJA.

Como a questão da EJA é polêmica fomos atrás e vimos que a legislação não permite o TEG – Transporte Escolar Gratuito – para adultos. E ela até mencionou a questão do acesso para EJA. Em relação ao indígena adulto, estamos constatando que a questão do transporte é fundamental para que ele possa ter acesso à educação.

Então, pensar um pouco em algumas questões que podem às vezes esbarrar na questão da legislação federal, mas ver essa questão do Transporte Escolar Gratuito para no caso da EJA indígena.

Outro aspecto importante que deveria ser colocado é em termos (ininteligível).

Outra questão, para finalizar, em termos das estratégias, ao longo do trabalho, entramos nesta gestão Haddad, a gente verifica tampouco na linha que a Benê colocou a questão de colocar metas um pouco objetivas com relação à implementação da lei. Por exemplo, estamos trabalhando com as escolas a necessidade de, a partir de discussão, de seminários, de um trabalho nas GEIFs e em reuniões pedagógicas a necessidade de as

escolas inserirem já nos seus PPPs – Projeto Político Pedagógico – e nos seus PEAs – Projeto Especial de Ação – a prerrogativa e o plano de se trabalhar o conteúdo de Cultura e História Afro-brasileira Indígena.

Então, como estratégia a inserção, por exemplo, no PEA e no PPP é algo fundamental, que a gente já vem trabalhando nas escolas para que cada vez mais – é lógico que ficar só no papel não garante a prática – haja prerrogativa desse plano de implementação da lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Nanda, da Ação Educativa.

A SRA. NANDA – Boa noite.

Trouxe algumas propostas relacionadas às Metas 9 e 10, de EJA. Com relação à EJA, é necessária alguma estratégia para a chamada pública. Então, que o Poder Público tenha uma atitude convocatória para os estudantes jovens e adultos, pois da forma como é feita hoje não basta para garantir que a população jovem, adulta e idosa se matricule. Então, é importante usar o espaço das escolas, mas também os meios de comunicação para isso. Colocar uma estratégia no plano para essa meta.

Também colocar a flexibilização dos tempos de matrícula, isto é, que seja possível a realização da matrícula em outros períodos que não somente uma vez por ano.

A ampliação da oferta. Acho que é importante colocar no Plano. Então, está prevista a ampliação da oferta, mas é importante acrescentar que se trata de ampliação de oferta, de modo a atender a demanda, flexibilizando as necessidades dos formatos, turnos, horários favoráveis ao público alvo, e preservando a jornada dos profissionais de educação, como foi aprovado na Conferência Municipal de Educação. Garantir também a estrutura curricular e as especificidades da EJA de forma a reverter a tendência que temos da diminuição das matrículas.

Com relação à Educação Indígena, só para complementar porque o Rafael já trouxe algumas questões, a meta 22 fala de forma muito genérica e a ideia seria detalhar um pouco mais a questão da Educação Indígena, outras pessoas provavelmente vão abordar, mas falar sobre a questão da língua materna como a primeira língua e português como a segunda; garantir a formação iniciada e continuada dos professores indígenas; a implementação de um calendário próprio; um currículo diferenciado e material didático elaborado pela comunidade indígena; a questão dos cargos e realização de um concurso público específico para os educadores com conhecimento da língua e cultura indígena.

Também já recebi uma divulgação do calendário das audiências públicas referentes ao plano de Educação e quero perguntar se essas audiências serão temáticas. Uma questão de esclarecimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Peço ao Edu que esclareça as duas questões.

O SR. EDU – Boa noite. Sou o Eduardo da assessoria do Vereador Toninho Vespoli. Eu e mais uma equipe estaremos auxiliando o Vereador nessa tarefa de tentar incorporar as demandas que apareceram nessas reuniões e os subsídios que vêm desde a Conferência de 2010. Vamos ver como podemos encaminhar esse fluxo de documentos e materiais que fizeram aqui referência.

Vou começar pela última questão. Sobre as audiências estamos com ansiedade de divulgar as datas para que as pessoas possam se organizar, se agendar para participarem dessas audiências, mas ainda estamos discutindo o formato. Estamos considerando melhor que sejam temáticas, que cada audiência tenha temas específicos para que possamos aprofundar.

Imaginamos essas audiências a partir de agosto e teremos uma minuta inicial do substitutivo que a Comissão de Educação vai apresentar para o debate e aprofundar as

questões. A ideia inicial é essa.

Sobre a meta 22, o PL 415 passou pela Comissão de Administração Pública, para quem acompanhou foi um processo moroso, várias audiências e de lá só houve uma substituição que saiu do substitutivo, que é exatamente sobre a meta 22.

O documento que trouxemos não incorpora essas alterações porque ainda estamos trabalhando com o texto original. Também consideramos que tal como foi alterado o texto, este ia ao sentido contrário do que estamos tentando fazer na relatoria. Se aqui a ideia é incorporar o que ficou de fora de uma discussão democrática das conferências, o substitutivo que a Comissão de Administração apresentou nem dialogava com isso. Então deixamos de lado para nem precisar entrar muito naquele debate. Foi uma alternativa que adotamos.

Vou deixar meu email para contato e encaminhamento dos documentos:
eduardoamaral@camara.sp.gov.br.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – A relatoria está com o nosso mandato e a gente vem trabalhando em comum acordo com o Presidente da Comissão de Educação, Vereador Reis.

Tem a palavra a próxima inscrita, Denise da Ação Educativa.

A SRA. DENISE – Boa noite a todas e a todos. Primeiro, reforçar uma proposta já feita em outras ocasiões, a importância que a cidade de São Paulo tenha um Centro de Pesquisa que reúna todos os dados do Município, Estado, União e atendimento privado. Esse instituto é fundamental para monitorar as desigualdades, incidir nas várias agendas que estão hoje em foco nesta reunião. Então reforçar mais uma vez a importância de um instituto que reúna os dados, consiga também monitorar os dados, os distritos e tudo mais.

Segundo, reforçar a importância do estímulo à demanda da EJA com busca ativa, como a Nanda já falou. A necessidade de que esse estímulo à demanda, essa chamada pública se dê por meio de campanhas de mobilização, campanhas de comunicação ampla.

Esse é um ponto fundamental também trazido na fala da Sheila.

O terceiro ponto, a importância de que a meta 22 contemple um programa permanente de formação em Educação, Gênero e Sexualidade. Ponto que também não foi contemplado, foi aprovado na Conferência e não foi contemplado no texto do PL.

O quarto ponto, que também foi aprovado na Conferência, é o estímulo à fixação dos/das profissionais de educação nas unidades escolares, em especial, em unidades localizadas em regiões marcadas por indicadores sociais desafiantes, problemáticos. Esse é um ponto que busca superar a lógica da rotatividade, sobretudo em unidades marcadas por esses indicadores.

Reforçar também todas as estratégias referentes à educação de prisões na EJA, que também foram aprovadas na Conferência.

Reforçar a fala de outros companheiros, como o Rafael e o Adão, sobre a necessidade da implementação do plano nacional da 10.639, ponto que também a Benê já apresentou, da 11.645, em especial também a formação da rede para aplicação do quesito raça/cor. Reforçar a fala do Jonas com relação à implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que contemple um fundo de fomento às experiências de Educação em Direitos Humanos tanto na Educação formal e não formal.

O sétimo ponto é o estímulo à concretização da rede de proteção intersetorial e a garantia do direito à educação de adolescentes em medida socioeducativa.

Por último, destacar a importância da defesa ativa do princípio da laicidade, por meio de ações de formação e procedimentos que coíbam toda e qualquer intolerância religiosa nas redes de ensino.

Gostaria, saindo das metas, destacar a importância de que seja reforçada a necessidade de que a SME estimule a participação das unidades escolares nas audiências públicas a serem promovidas por esta Comissão. Que saia daqui uma recomendação reforçando a importância de que a SME se envolva e mobilize a rede para que participe,

retome o debate de 2010, e participe das audiências públicas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) - Próximo inscrito, o Sr. Paulo Vieira, presidente da Associação de Surdos de São Paulo.

O SR._____ - Um minutinho, chegou agora, só para quem tiver curiosidade de confrontar o que saiu do substitutivo da Comissão de Administração, o Ednei da Comissão, que ajuda no nosso GT, trouxe para poder comparar.

Ednei, você pode mandar distribuir?

O SR. PAULO VIEIRA - Boa noite a todos, meu nome é Paulo Vieira, sou presidente da Associação de Surdos de São Paulo, há muito tempo, lutamos com a comunidade surda. Temos a responsabilidade do ensino e da educação. Também, como o nosso amigo explicou dos índios e da cultura africana, tem a parte dele, mas a minha parte são os direitos, da Lei 152.785, sobre o ensino e regulamentação dos surdos de São Paulo.

Temos toda uma didática, como a Associação e o passo a passo da informação. Já passamos as informações para cá há algum tempo.

Sempre que fazemos as reuniões sobre os temas, o Vereador, o Eduardo, temos o costume de vir na Câmara, pegar todas as informações e passar para eles. Pensamos que é importante ter essa convivência e a união com todos e termos essa comunicação. O ensino de libras vem primeiro do que o português.

Quero agradecer a todos o contato.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) - Fernando Ferreira, assessor de imprensa da Associação dos Surdos de São Paulo.

O SR. PAULO VIEIRA – Ele pede para retirar a inscrição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) - Helen de Lima Souza, Faculdade Zumbi dos Palmares.

A SRA. HELEN DE LIMA SOUZA – Boa noite a todos. Quero agradecer a

oportunidade de estar representando a instituição, sou coordenadora do curso de pedagogia. A possibilidade de mandar as indicações posteriormente é bastante oportuna, porque posso discutir tanto com o corpo docente, como com as alunas e trazer uma contribuição mais ampla de toda instituição. Há considerações que gostaria de fazer, vi o Adão e o Rafael colocando, sobre a Lei 10639, concordo, parcialmente, entendo que mais do que colocar o número da lei, temos um parecer que desdobra o que precisamos fazer em torno dessa lei, que é o parecer CNECEP03/2004, e é quem na verdade precisa orientar essas ações. Qual o meu temor em relação a isso? Quando colocamos vagamente, implementar instituir a lei 10639, é importante, mas de certa isso fica relativamente vago. Acredito que estamos em um momento de compreender como fazer essa implementação, mais do que indicar que deve ser implementado. Isso está posto. Outra coisa que me incomoda bastante na meta 22, é que todos os problemas no que tange aquilo que podemos chamar hoje de diversidade, estão inclusos em uma única meta. Isso trás para gente uma falsa sensação de promover o que seria uma educação equânime, igualitária, quando, no meu entender na verdade prejudica porque você não consegue atender de fato todas as especificidades, e aí você tem uma dificuldade, enorme, no meu entender, quando você mistura todas essas estações aqui, que seja a orientação sexual, a religiosidade, a questão de raça e etnia, as questões etárias, e na verdade você coloca tudo em um mesmo pacote e dificulta você realmente, estabelecer essas condições, as estratégias, a meta, fica de certa forma bem consolidada, dá uma leitura, inclusive limpa, mas as estratégias começam a se confundir e depois a gente não consegue de fato, criar condições para essa implementação.

Outra questão, na própria meta 22, que a tempos traçamos essa discussão, diversos autores já vem apontando isso, como professora Nilma, a Prof. Petro, a agente ainda permanece usando, mesmo em um momento como esse, que é do plano municipal de educação, como combate, ou ainda poucos voltados, à formação como a sensibilização. Entendo de que há condições de, por exemplo, promover institucionalizar mecanismos e

práticas educativas para construção de uma educação igualitária, e não, necessariamente, é o combate. Isso também está posto, está dado, está criminalizado, não creio que seja o termo mais adequado no momento. É o nosso entendimento em relação a isso.

Outro termo, por exemplo, o de sensibilização. Também há de entender que isso, é uma das estratégias de formação para os professores, mas não necessariamente, tem de estar implícito na estratégia da meta 22. Na verdade, e principalmente quando a gente está falando aqui, ai me preocupo na questão da educação infantil como se sensibilizar, bastasse na formação do professor, quando na verdade não basta. É importante dizer que informações! Aí concordo com a Denise quando ela coloca programa permanente de formação, uma indicação que ela fez em relação a outra questão, mas que entendo que precisa estar nesses momentos sistematizados. Mas institucionalmente, vamos enviar nossas sugestões a faculdade Zumbi dos Palmares, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Com a palavra Bili Malaquias.

O SR. BILI MALAQUIAS – Boa noite a todos. Serei breve, porque já fui contemplado aqui pela fala das pessoas que me antecederam, em particular a Evelyn. Mas gostaria de tentar um pouco exemplificar parte daquilo que ela trouxe. Uma meta efetiva que a gestão anunciou que existe uma diferença de proficiência entre homens e mulheres da ordem de 75%, inferior os homens em relação às mulheres e também apontavam diferença na proficiência entre negros e brancos. Se tivermos esse numero, isso tem de ser a meta. A gente precisa objetivar as ações, caso contrário, isso fica muito vago. Então, a Educação Para Todos é exatamente reconhecer as deficiências existentes na sociedade. Isso acontece com indígenas, com negros, com as populações migrantes, que carecem de uma conceituação, porque eles estão vivendo uma situação de discriminação e de preconceito. Ainda não conseguimos lidar com isso de uma forma satisfatória.

Portanto, precisamos estabelecer metas que considerem – talvez o Instituto possa contribuir com isso – aquilo que já é objeto de política pública. Por exemplo, é objeto de política

pública a superação das diferenças de proficiência definida pelo gênero. É política pública a superação das desigualdades de ordem de cor e raça – isso tem de ser meta explícita para começar a política.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Próxima a contribuir é a Ju Nunes, da Associação Brasileira de Síndrome de Williams e Conselho da Pessoa com Deficiência.

A SRA. JU NUNES – Boa noite. Já fui contemplada por muitas falas. Antes de falar qualquer coisa, gostaria de informar que sou mãe de uma pessoa com deficiência intelectual. Acho que as famílias, as mães também têm de vir contribuir. Passei por muitas situações em escolas.

Sobre essa questão do EJA, que a colega falou, da noite, eu trabalho com pessoas com deficiência. Percebo muito na sociedade que até os 16 anos a pessoa tem deficiência, mas, depois disso, parece que não tem mais. Essa pessoa, às vezes, se alfabetiza, mas depois volta para dentro de casa e perde tudo, porque não há mais nada a partir daí. Até os 18 anos até vai. Sei disso porque eu já estava nesse patamar quando minha filha faleceu.

Então, é muito difícil, pois você não acha mais nada, nem terapia. Falam muito em mercado de trabalho, mas profissionalização, na verdade, não existe para deficientes intelectuais. A maioria dessas pessoas hoje não conseguem vagas no mercado de trabalho, são as vítimas da exclusão de um passado que todos aqui sabem muito bem como foi.

Os EJAs são à noite. Há alguns que ficam o dia inteiro fechados para funcionarem somente à noite. Estou falando isso por experiência própria, pois comprei uma briga com o CIEJA do meu bairro e hoje, graças a Deus, ele funciona.

Então, temos de pensar nessas pessoas. O CIEJA é aquela escadaria; não tem transporte para essa pessoa. Então, como faço para levar o meu filho, pois à noite não tem transporte e só tem EJA à noite. Como se faz?

Formação da família: faço um trabalho com famílias e sempre pergunto, quando

começo minhas palestras: “O que é inclusão?” Das mais de mil pessoas com as quais falei, posso contar nos dedos as pessoas que conseguiram responder. A família não está entendendo esse processo de inclusão. Falo isso até como mãe, pois, por muitos anos, fiquei sem entender e fui inimiga de professores, de escolas, de tudo. Só depois é que fui buscar, sozinha, caminhos para entender.

Então, hoje fazemos trabalho voluntário com alguns grupos e estamos conseguindo fazer a família participar. A família não está entendendo. Vejo muitas mães comparando: “Meu filho vai à escola, mas não aprende. Os outros aprendem.” Ele foi incluído, mas não deixou de ter deficiência. No entanto, aquela mãe não está entendendo.

Pena termos tão pouco tempo, pois eu teria muito para falar. Vocês não imaginam: estou desde janeiro no atendimento do Conselho Municipal. Trabalho na Secretaria da Pessoa com Deficiência. A pasta da Educação é a maior; vocês não sabem a demanda que eu tenho.

Acho muito legal participar. Eu não queria vir a esta reunião hoje – falo mesmo. Porque estou cansada. Como mãe, estou cansada de vir nesses locais, de ver projetos, de ver tudo. Falo que a inclusão da minha filha começou aos 4 meses. E todos os dias vejo a minha história se repetir. Temos de mudar isso.

Então, precisamos trabalhar com a família, trabalhar com o professor. Vejo muito professor procurando manuais de instrução, como se todas as deficiências fossem iguais. Os meus têm Síndrome de William, mas cada pessoa é única. Então, temos de rever essa capacitação. Por exemplo, capacitação para autista: chega lá, o aluno é outra pessoa. Acho que a mãe tem de ser ouvida também, o que não acontece. Quantas vezes eu, como Presidente de Associação, ligo para uma escola e ela me pergunta: “Qual sua formação?” Eu respondo: “Mãe”. Quantas vezes fui impedida de ir e, depois, ao falar que era Assessora do Desenvolvimento Infantil, aí sim eles me recebiam. No final, eu olhava para a cara de todo mundo e falava: “Minha profissão é mãe”.

Então, está na hora de mudarmos isso.

Este é um desabafo de mãe. Não é Conselho, não é Secretaria, não é Associação de Síndrome de William: é de mãe. E fico muito revoltada com todas essas coisinhas que vocês falam. Desculpem se eu ofendi alguém, mas eu tinha de falar.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Próxima a contribuir é a Claudete Alves, sempre Vereadora, do SEDIN.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Boa noite a todos. Não ouvi a fala do Rafael, mas ouvi a da Élide e do Bili e concordo plenamente.

Mas gostaria de fazer uma provocação que considero necessária. Nossa grande esperança, como militantes – e aí quero falar da questão racial -, em todo esse processo de debate, é que, quando chegássemos no afunilamento, no Plano, nós teríamos a nossa questão tratada efetivamente com respeito. E eu temo muito que não consigamos isso. Eu gostaria de dar um exemplo. Desculpem-me se alguém não entender. Coloco-me à disposição para explicar meu ponto de vista, mas acho que é uma provocação necessária. Este país tem uma dívida – todo mundo está careca de saber – enorme, enorme com os negros africanos, os negros brasileiros descendentes de africanos e escravizados no Brasil. Todos os debates são permeados por um excesso de hipocrisia que, a meu ver, é inaceitável. Eu sou negra, mas eu uso óculos, eu posso ter uma orientação sexual diferente, eu sou discriminada por ser mulher. Então, vivo a problemática da questão de gênero. Negros também têm deficiências físicas e intelectuais. E se coloca tudo no mesmo bolo. Não é assim. Nossa esperança é o Plano Municipal Plano estabelece diretrizes que vão se tornar programas de ações objetivas. Se é verdade que este é o momento em que vamos ofertar nossas contribuições para que, de fato, consigamos ter na cidade de São Paulo uma educação inclusiva, então é o momento de separar e não deixar tudo – como dizia minha avó – na mesma panela. Não dá para ser assim. Os problemas, as questões são distintas e têm o seu grau de importância. Vou trazer um exemplo que vai ajudar a elucidar o que quero dizer. Lá do Sindicato – claro que preservando as identidades, trago o seguinte problema: foi aberta sindicância numa escola de educação

infantil que tinha a prática de, todas as segundas-feiras, fazer uma roda de conversas com os alunos, para que eles solicitassem quais seriam as brincadeiras da semana. Vamos brincar de quê?

Um garoto negro, falou: “Vamos brincar de Parada Gay.” - tinha ocorrido a Parada Gay no domingo, e todo mundo sabe aqui, tem toda uma divulgação de mídia e tudo mais. Então, vamos brincar de Parada Gay, na roda de professores e alunos, a criança negra. Aconteceu que tinha professora evangélica, professores de religião de matriz africana, a católica, ateus, e pessoas de opção sexual diferenciada. Imaginem, todo mundo está processando todo mundo, porque houve falas resistentes, no sentido de que não poderia. Virou um angu de caroço, foi para o Conselho de Escolas, nesse meio, os professores que defenderam a colocação na programação o brincar de Parada Gay, tiveram problemas com os outros evangélicos ou não.

Terminou vazando para os pais, inclusive gerando situações de professores terem de ser transferidos da escola, porque os professores que abominaram essa posição e a defesa de ter a atividade pedagógica colocaram para os pais, por exemplo, de que estavam querendo ensinar as crianças nas escolas a serem bichas. Bem por aí. Estão entendendo o tamanho do problema?

Não dá para ir mais adiante senão eu exporia a escola e os professores, é um assunto delicado, mas digo que falta formação para que tenhamos uma rede menos racista que é, porque os profissionais são, desde a educação infantil. Temos exceções. Por conta da formação que é muito precária, a questão da Lei 10.639 é para inglês ver e vai continuar sendo.

Precisamos objetivar a ação: tem que ter concurso público para aqueles professores que forem se especializar e sabem trabalhar com a história da África, do negro brasileiro, podem estar nas DREs e nos dotes da vida para dar formação para esses professores. Como especialistas dos documentos e da educação inclusiva no que se permeia

nas questões do gênero e da raça.

Estou reinscrita, mas queria fazer um apelo para os militantes, para todos os Vereadores que estão dispostos: não vamos fazer deste Plano Municipal nesta questão tão máxima, do ponto de vista do direito e da dívida, deixar fazer com que seja só mais um documento posto, mas sim um Plano para fazer, de fato, São Paulo encontrar-se consigo mesma. Aí tem que começar a pagar a dívida pela Educação. Não basta só estarem assinadas as cotas e termos 702 vagas no próximo concurso para negros e negras, sendo que eu sei que há professores na rede, diretores e supervisores achando um absurdo dizendo que isso é o racismo ao contrário. Imaginem o que vai acontecer com esses candidatos, negros e negras que vão entrar pelo primeiro concurso de cotas. Então acho que as diretrizes têm que ser para valer, para possibilitar programas de ações objetivas que farão com que São Paulo, um dos maiores exploradores da mão negra, possa, de fato, através da Educação, fazer reparações.

(NÃO IDENTIFICADO) – Tem a palavra o Sr. Adelson, do Sinpeem.

O SR. ADELSON – Boa noite a todos.

Na década de 60, tivemos uma Lei de Diretrizes e Bases que garantia que acabaríamos com o analfabetismo em 10 anos. Depois, tivemos outras que também garantiam em 10 anos. A nossa Constituição trabalhava do mesmo jeito, resolvendo o analfabetismo em 10 anos. Hoje, estamos aqui, depois de quantos anos, discutindo EJA.

O nosso País não ofereceu condições dignas para que nós tivéssemos educação que realmente trouxesse a gente de forma plena para a sociedade. Então, quero dizer aos mediadores que a gente deveria, neste momento, propor realmente coisas que estejamos fortes para aplicar com relação ao EJA.

Resolver o problema de EJA. Mais 10 anos? Para quando? Para chegarmos e termos mais 10 anos daqui 10 anos. Eu quero resolver ontem. Alguém aqui já conhece esta minha fala, mas continuo com ela.

A história de lei para o papel e lei para acontecer acho que não temos condições de

propor esse tipo de coisa. Quero propor coisas que sejamos capazes de resolver. Estou falando de EJA.

Sei que há muita coisa que interfere: saúde, trabalho, lazer, habitação. Mas temos de gerar condições enquanto sociedade.

Muitas pessoas se reportaram ao ano de 2010, Conae 2010. O que se aplicou daquilo na legislação que está por aí?

Outra proposta é que, ao elaborar o plano e a priorizar o que está acontecendo, a gente leve em consideração as deliberações da Conae 2010. Várias pessoas se lembraram de 2010. Foi um trabalho muito grande, de enfrentamentos, amizade, de construção de grupos para estudar a educação e outras coisas relativas à educação. Realmente, devemos ter condições de trazer a tona as discussões em cima da Conae 2010 e fazer valer no plano que aí está.

Com relação à documentação que a legislação exige, eu tenho uma proposta. Eu não gosto muito da palavra cartilha, mas com o sentido de a nossa categoria por formação há mais tempo ou menos tempo, por formação de muitas faculdades que são deficientes em formar e por não ter tempo porque acumulam cargo e etc, desconhece toda essa legislação que estamos colocando aqui. Talvez não tenhamos condições de conhecer toda. Então, proponho que à grade de Vereadores que seja feito um catálogo da legislação pertinente à Educação para transformar isso e esclarecer todos os profissionais.

Queremos leis que sejam aplicadas e que, realmente, resolvam os nossos problemas.

O SR. DANIEL – Boa noite. Meu nome é Daniel.

Concordo com o que foi falado sobre a questão indígena na Educação. Tem que haver um programa, tem que haver uma continuidade.

Com relação ao EJA, concordo com o que o Rafael disse, porque é o mesmo que dar condição para que o educador indígena chegue a acessar a formação continuada e a

inicial, porque há uma diferença muito grande dessa formação entre um educador e outro. O manejo da língua portuguesa também é necessário para que ele possa usufruir dessa formação.

Mas quero colocar duas questões.

Até no último item da Meta 22, não é citada a construção das propostas pedagógicas em conjunto com as comunidades. Acho que há vários pontos que, no caso da questão indígena, ficam mais graves porque são várias etnias indígenas e, às vezes, há diferenças tão grandes que não permitem que se crie apenas um modelo pedagógico.

Também seria necessário que fosse construído com os membros das comunidades indígenas. Há uma necessidade dupla de se fazer isso em conjunto com as comunidades porque tanto elas possibilitam um olhar que o pesquisador especialista não tem, por ele ser externo à comunidade, como também permite aos membros da comunidade se apropriarem daquele fazer. Isso me faz pensar na necessidade de haver um fórum, respaldado oficialmente, para se trabalhar essas questões indígenas na Educação e a educação escolar indígena, porque parece que sempre se está atrasando a efetivação dessa elaboração de currículos, de materiais, porque as universidades não dão uma formação que possibilite a pesquisa.

Então, acho que um fórum que articulasse pesquisadores, trabalhadores da Educação e membros das comunidades indígenas, seria um local onde se poderia produzir esse tipo de conhecimento, onde poderia se discutir mesmo a criação desse tipo de material, a adoção de materiais pedagógicos e apresentar propostas para orientar as políticas públicas.

Acho que sem um fórum, que articule esses setores, fica realmente muito difícil porque há visões específicas e é preciso integrá-las, porque “um projeto pedagógico mesmo, que possa ser utilizado pelos professores e surtir efeito, precisa levar em conta esse saber dos pesquisadores, o saber das comunidades indígenas e o saber dos trabalhadores da Educação”.

Obrigado.

A SRA. ANDREIA – Meu nome é Andreia.

Inscrevi-me para reiterar e deixar aqui registrada uma questão muito séria. Quando a mãe diz que está cansada, acho que todos nós aqui estamos. Parece que essa discussão é nova!

Quando a Renata diz que o PL não contempla, de fato, não só com relação à Educação Especial, ele contempla absolutamente nada do que foi discutido.

Então, só lembrar a todos que, muito embora vocês estejam recepcionando as novas propostas, que vocês não esqueçam que talvez elas não venham como novas propostas. Talvez, elas sequer complementem o que já existe. Elas só vão ratificar.

Então, o que vemos é que fala, fala, fala, fala e fala e ação alguma. Vamos nos lembrar que existe um documento que esta Comissão exigiu, brigou para que ele acompanhasse esse PL, porque ele não foi respeitado, nem contemplado em absolutamente nada.

Por favor, não estamos começando isso agora. É desconsiderar, é desrespeitar quem está desde o início. Então, não tem nada de contribuição nova. Elas podem ser melhoradas, mas é uma vergonha que um plano que já tinha que estar em ação, está ainda em fase de discussão natimorta.

O SR. SÍLVIO – Boa noite. Meu nome é Sílvio.

Fui, por quinze anos, professor de EJA e gostaria de falar sobre o número de vagas para EJA, no caso da rede municipal, porque a gente sabe muito bem como é esse país, e sabemos muito bem por que as crianças não estudam, a discriminação social e racial que existem no Brasil. E o grande problema é que nos últimos anos teve um fechamento muito grande das escolas. Comete-se um crime com a população brasileira de não dar a eles a oportunidade de recuperar esse tempo. Então você não pode dizer que se ele já perdeu, então já perdeu, gastar uma segunda vez é jogar dinheiro fora. Não podemos fazer isso, como foi feito nos últimos oito anos. Só onde eu dava aula, em Moema, foram fechadas quatro escolas

da Prefeitura e cinco do Estado, de EJA. Inclusive as escolas da Prefeitura, que tinham EJAs há décadas, foram fechadas porque dizem que não tem demanda. Nessa região centro de São Paulo só tem três escolas da Prefeitura – o Celso Leite, o Duque de Caxias e o Faria Lima –, e em apenas uma tem EJA. Então eu queria comentar sobre isso, para que tivéssemos um plano municipal de educação que recuperasse isso, que temos um déficit muito grande. Além de o país ser uma injustiça, das coisas que sabemos por que as crianças não estudam, ainda cometemos um segundo crime com essas pessoas dizendo que eles não merecem um investimento, que é o mais baixo da educação. Ninguém constrói escola para EJA, ninguém faz concurso de professor para EJA. Toda a educação é planejada para o ensino fundamental regular. A EJA usa um equipamento que já está pronto, que já existe, que só precisa acender a luz e colocar professores lá dentro, porque o equipamento já está construído para o ensino regular matutino e vespertino para as crianças, e a EJA é uma complementação disso. Então a Meta 8 e 10 toca numa questão muito devagar na questão da idade das crianças, de 18 a 24 anos, depois a questão do curso técnico no ensino médio, que eu acho importante, mas não basta isso. É preciso reabrir essas escolas. Dei aula numa escola que durante 15 anos tinham dez salas à noite, e a partir de 2011 fechou porque inventaram que não tinha demanda, e sabemos muito bem que tem. Então eu queria discutir essa questão. Existem outras importantes, mas estou citando essa. Não basta única e exclusivamente dizer que vamos dar ensino técnico para os jovens de 18 a 24 anos, pois precisamos aumentar o número de escolas que ofereçam cursos de EJA de nível 1 e nível médio. Precisamos aumentar a propaganda e chamar essas pessoas para a escola, porque precisamos dessas cabeças pensantes.

Obrigado.

P – Tem a palavra o Sr. Luiz, do Fórum Permanente de Educação Inclusiva.

O SR. LUIZ – Boa noite a todos. Concorde com a colega: fizemos uma discussão desse plano, e conseguimos alguns consensos aqui na cidade de São Paulo. Fazia um bom tempo que eu não relia o plano municipal, mas relendo, eu percebo que ele é bem mais

avançado que o PNE, que acabou de ser aprovado. Então esses consensos que conseguimos, esses avanços deveriam ser mantidos. Talvez devêssemos fazer alguns ajustes, e aí estou falando de poucos ajustes. Por exemplo, na educação infantil, o PNE tirou que as crianças com deficiência, de 0 a 3 anos, vão ter preferências nas vagas, nas matrículas. É uma lei federal que temos de seguir. Então fazer alguns ajustes desse tipo, mas considerar que conseguimos muitos ganhos na Conferência Municipal, e eu também temo de reabirmos e começarmos certo retrocesso. Então tem que ser considerada toda a discussão que tem de ser feita. Vejam, esse plano foi feito há bastante tempo, e ainda hoje, pelo menos no que tange às pessoas com deficiência, ele é mais avançado do que o PNE, que foi aprovado semana passada. E é muito importante levar em consideração os arranjos e os acordos que foram feitos e que põe São Paulo na ponta de lança para a discussão de alguns assuntos, como especificamente a educação inclusiva.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Desculpe, tive que resolver um problema. Vamos para a segunda rodada. Já são quase 9h. O primeiro a falar será o José Adão, mas antes vai falar o Eduardo, assessor.

O SR. EDUARDO – Pessoal, é rápido. Para quem acompanhou as últimas reuniões adotamos uma dinâmica na qual participam os assessores dos Vereadores.

O PL 415 foi apresentado pelo Executivo, em 2012, dois anos depois do que era previsto, ele acabou vindo. Para nós está claro de que muita coisa ficou de fora de todo o debate democrático realizado ao longo das conferências.

Se a gente tem chamado este grupo de trabalho, ele é preliminar, porque a gente ainda não tem uma proposta de relatório ou substitutivo para apresentar. Não é para reinventar propostas, mas para ver o que dá e o que é prioritário recuperar à luz do que veio.

A conferência foi em 2010 e, de lá para cá, algumas coisas andaram e outras continuaram do mesmo jeito que sempre estiveram. Anteontem, foi sancionado o Plano Nacional de Educação. O Plano Municipal terá de estar harmonizado ao Plano Nacional.

A nossa ideia é abrir o diálogo para reincorporar ao texto o que ficou de fora dele. Deixei meu e-mail: eduardoamaral@camara.sp.gov.br para que fossem encaminhados os documentos.

É importante dizer que está é a primeira reunião que a equipe da Secretaria Municipal de Educação e o Jonas, da Secretaria de Direitos Humanos, vêm e nos relatam que tem alguma coisa sistematizada, documentada e etc. Nós nem sabíamos em que pé isso estava andando no fórum, mesmo na secretária, e seria muito importante para este grupo de trabalho, para o relatório, para a sistematização do Plano Municipal de Educação que essas contribuições pudessem chegar a esta Comissão.

Encaminhar qualquer documento, impreterivelmente, até o dia 15 de julho.

Desculpe. José Adão. Agora é você.

O SR. JOSÉ ADÃO – Só retomando o espírito de 2008, quando constituiu a Comissão administradora, em agosto, logo após a reunião fui à conferência de direitos humanos que estava acontecendo na faculdade, aqui na Vila Maria, e nessa conferência, o Fábio Comparato, era o palestrante que estava encerrando e ele focava a questão racial e resgate da memória Mãe Negra. A outra questão, nesse sentido, retomando o conceito que colocamos de Plano de Educação, da Cidade de São Paulo, não Plano Municipal. Quando a Denise propõe a questão de criar um instituto, que acompanha essas metas, que vai monitorando, vai ao sentido do compartilhamento, responsabilidade com esse plano de educação da cidade. Eu resgato a memória de duas pessoas: uma é o Ronaldo Lee, a outra, Marcos Antonio Costa e a outra o Ricardo Rodrigues, todos falecidos. Eram pessoas que tinha anemia falciforme, e no governo Maluf e Pitta, foi proibido o repasse de verba do Ministério da Saúde para o Município devido ao passe. E anemia falciforme como era uma doença, digamos, não corriqueira, crônica, o atendimento não tinha protocolo, não tinha medicamento adequado no Município. Era um custo alt. E eles lutaram para que tivesse uma entidade. Fizeram propostas as quais foram levadas a 11ª conferência nacional de Saúde, em Brasília, no ano

2000. Essas propostas que elas fizeram, constituíram base do protocolo que foi rubricada a partir de abril de 2001, e também da regulamentação da lei estadual que estava aqui tramitando desde 96, na assembleia legislativa e da criação de 31 centros de Anemia Falciforme no Município. Eles lutaram e já passara. Quando pensamos em todo esse esforço todo para inglês ver, não estou aqui para inglês ver. Isso aqui é para fazer com se materialize.

Nesse sentido temos de dar, pelo menos um norte, a esse plano. Vejo como necessidade de uma educação para cidadania planetária. Que objetivo o desenvolvimento sustentável das unidades familiares, e para isso, seja na educação que leva a pessoa sem ponderar e ser protagonista da sua alta educação.

O SR. TONINHO VESPOLI – Tem a palavra a Sra. Claudete Alves.

A SRA. CLAUDETE ALVES – O Plano estabelece diretrizes que poderão ser transformadas em programas. Sabemos, muito bem, principalmente a Secretaria Municipal de Educação, se já tem uma dificuldade em cumprir o que está na Legislação, imagine se não estiver. Acredito que o plano não pode deixar de prevê, não saberia agora, vou pensar e até sugiro que pessoas que concordem, ajudem a pensar, mecanismos aferitórios, após a realização de sensos. Tem de ter senso e diagnósticos. Não vou falar pelas outras situações mas acredito que na questão da discriminação racial, do racismo e do preconceito, acredito que tem de ter isso. tem de estar previsto no plano: diagnostico, senso e meta, e aí precisa ter senso na rede para isso. Não sei exatamente como fazer, mas acho que teria de estar previsto no plano, porque, em estando previsto as organizações, os movimentos têm condições de cobrar, porque já está ali. Como fazemos com a LDB, nós que militamos na educação, tudo a gente recorre a LDB, daí conseguimos alcançar nossos objetivos. Acredito que seria uma coisa que poderia ajudar muito nas cobranças da efetivação da implementação de políticas, diagnósticos, senso, prazo, essas coisas todas.

O SR. TONINHO VESPOLI – Tem a palavra a Sra. Denise, da Ação Educativa.

A SRA. DENISE – Muito rapidamente, alguns pontos. Primeiro rechaçar,

veementemente, a inclusão feita pela comissão de Administração, como foi colocado aqui pelo Jonas, essa inclusão que significa uma concessão aos fundamentalismos. Trazemos essa questão como destaque.

Com relação a EJA, além do que já foi colocado, a importância de garantir salas de acolhimento de crianças que são filhas, netas, de estudantes da EJA. Salas de acolhimento, levando em conta a própria experiência do Pro Jovem com as salas de acolhimento, que constitui uma política importante de apoio a permanência.

Outro ponto, é não de implementar as 10, mas destacar a importância do Plano Nacional da 10 639, que constitui um conjunto de estratégias articuladas que visam a institucionalização da 10, no sistema de ensino. A importância da implementação do plano Nacional da Lei 10 639, no nosso município. Destacamos, ligado a 10, a importância de um diagnóstico da implementação da Lei 10 no ensino privado da Cidade de São Paulo. como o ensino privado está implementando a 10 639.

Outro ponto, é que perdemos na PNE, na tramitação no Congresso Nacional, a importância de metas de equalização, metas que visam a diminuição das desigualdades de classes, cor, raça, gênero, campo cidade, entre outras, com elevação dos indicadores dos grupos mais discriminados. Temos uma redação dessa meta de equalização que perdemos no PNE, que gostaríamos de apresentar aqui para a comissão o que significa o compromisso com a diminuição de desigualdade ao longo dos 10 anos, fixando percentual de diminuição.

Outra estratégia que ficou faltando, se refere ao diagnóstico do ensino superior privado na Cidade de São Paulo, em especial, dos cursos de formação docente. Esse é um ponto que gostaríamos de trazer, e também outras duas questões para o preâmbulo do plano, que vão de encontro ao que a Claudete disse. Que apresentação dos diagnósticos educacionais e de implementação do plano, de dois em dois anos, para subsidiar as conferências e a implementação das políticas. Conferências que devem ser de responsabilidade do fórum municipal de educação. Isso não foi fixado no texto. É importante

que as meta sejam assumidas como de responsabilidade do Fórum Municipal de Educação.

Outro ponto aprovado na conferência da cidade, que é a realização de planos regionais de educação da Cidade de São Paulo. Concluindo, falar da importância de substituir a palavra “erradicar” o analfabetismo que já foi questionado em diversas conferências por superar, superação do analfabetismo, e também a inclusão de uma estratégia que concretiza a implementação da Lei Maria da Penha, ligado à educação visando a superação da violência de gênero.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Próxima inscrita, Sra. Giane Nunes.

A SRA. GIANE NUNES – Falarei a respeito dessa falta de estrutura dos EJAs, essa falta de demanda. Geralmente, a falta de demanda é por falta de divulgação porque, no meu bairro, quando um EJA era fechado, era fechado durante o dia porque não havia demanda.

Hoje, terá que ser construído um outro EJA. Então, falta divulgar mesmo isso.

Outra questão é a de se eliminar a discriminação. Falarei da parte de pessoas com deficiência. É o que mais vejo em minha realidade. Até a quarta série, ainda dá para ir. Mas, ao chegar à outra fase, vocês não sabem o que é! Quando a minha filha faleceu, ela estava no segundo ano do ensino médio. Vocês não imaginam por tudo que essas crianças passam! Mas tem como fazer isso e é algo simples. Todos nós temos medo do diferente. A partir do momento que se explique o que essa pessoa tem... Essa questão que a Claudete disse, que dá impressão que a pessoa não tem deficiência, que não é negro, que não é idoso... Lembro-me que sempre que a minha filha percebia que havia alguém com deficiência, ela perguntava: “Amigo, o que você está sentindo agora?”

Então, temos que trabalhar. Falta capacitação em todos os sentidos. Está na hora de se trazer a família para a escola, porque a escola, geralmente, se fecha.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Próxima inscrita, Sheila, do Instituto

Paulo Freire.

A SRA. SHEILA – Levantarei três pontos.

Primeiro é a respeito da educação indígena. Essa questão que foi colocada, do débito que a nossa sociedade tem para com os negros, ela também se dá com relação aos índios.

Aí, há uma questão importante e que foi colocada em 2010, que é a formação inicial de professores indígenas, dando-lhes completa e plena condição de frequentarem as universidades públicas, garantindo-lhes acesso, permanência, deslocamento e outras necessidades pertinentes à formação.

Então, que exista um cuidado especial para que os próprios professores das comunidades indígenas possam se tornar educadores das suas comunidades.

Outro ponto. Corroboro o que foi colocado pela Nanda, com relação à implantação de calendário próprio, currículo diferenciado e material didático elaborado pela própria comunidade indígena, com autonomia, inclusive, para a escolha desses materiais.

Foi colocado também garantia de que a educação indígena e das comunidades tradicionais sejam levadas para as redes e Educação do Município. Que a educação indígena seja oferecida de uma forma não caricata, de uma forma não distorcida para toda a rede pública. Que não importemos modelos de índios norte-americanos, distorcendo absolutamente a cultura de nosso povo.

Então, isso não é educação indígena para os indígenas. É educação indígena para todos. É algo bastante importante.

Reforçando um pouco o que a Denise falou, que questões como valores da família absolutamente não sejam incluídas no PL, porque “promover mecanismos, práticas educativas e debates em conformidade com os valores da família” não qualifica de quais valores estamos falando. Foram dados exemplos aqui de posturas absolutamente destoantes do que acreditamos. Então, quais valores são esses? São valores de igualdade, de respeito às

diferenças, de inclusão?

Para finalizar, reforçar o que já foi dito a respeito da importância de uma grande mobilização, não só da rede municipal, mas de todas as redes para a participação das audiências públicas, especialmente agora tendo a Secretaria da Educação mais próxima desse movimento. Então, que possamos ter, de fato, o texto do substitutivo, do PL, discutido nas escolas de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – A próxima será a Sra. Benê.

A SRA. BENÊ – Duas complementações.

Uma em relação à EJA, que trazemos a necessidade de oferta de ampliação da EJA modular, porque é uma modalidade de EJA que acaba propiciando maior acessibilidade e maior facilidade para as pessoas.

Em relação ao noturno, o Sílvio levantou essa questão, temos uma portaria onde a EJA regular só pode ser à noite. Esse também é outro equívoco que tem que acabar. Há escolas onde há espaço pela manhã e há demanda para isso.

Então, essa amarra, em relação à EJA, tem que cair.

Em relação à educação inclusiva, defendo o que a Claudete já levantou, a questão de um censo. No início do ano, percorremos todas as DREs e quando perguntávamos para os dirigentes qual era o número de deficientes em suas regiões, uns sabiam de cor, outros chamavam a assessoria e outros ficaram devendo.

Então, há a necessidade de que se realize um censo. Temos uma rede de inclusão apartada da rede regular. Então, o censo é fundamental para que se estabeleçam as políticas públicas necessárias para um bom atendimento.

E, dentro do bom atendimento, trago outra proposta: a necessidade de se colocar que os profissionais da Educação, os professores, coloquem em seus planos pedagógicos, quais são os direitos de aprendizagem que essas crianças terão e não só no início do ano. Às vezes, um aluno entra no meio do ano e já não está no plano. Então, o plano tem que cumprir.

Cada vez que a escola recebe um aluno com deficiência, isso tem que estar previsto em seu projeto pedagógico.

Outro problema seriíssimo que existe nas escolas e que é uma reivindicação que não apareceu nas propostas iniciais que antecederam a conferência de 2010, é a necessidade de as unidades terem um espaço reservado, um espaço próprio para o atendimento das necessidades da criança ou do jovem. A escola não dispõe de um espaço. É como o Valter falou, não tem que ter a demanda para ocorrer a oferta. Tem que ter a oferta. Se não tiver uma demanda, melhor, mas não pode esperar. O Valter colocou muito bem na reunião passada. Temos a mania de esperar a demanda para ofertas, e tem de ser o contrário: faz a oferta; se tiver a demanda, muito que bem, se não, melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli - PSOL) – Tem a palavra o Sr. Sílvio.

O SR. SÍLVIO – Eu só queria reforçar objetivamente a Meta 9, porque tem algumas partes do texto que é uma declaração de intenção, uma declaração de fé, como “inovar”, “erradicar”, termos muito genéricos, que não especificam exatamente o que queremos. Por isso que eu concordo com ela: essa emenda substitutiva é um horror. Deixa de citar especificamente, do lado esquerdo, o que vamos combater, para uma fase genérica, que diz assim: “Combate a qualquer forma de discriminação”. Isso é tudo e nada ao mesmo tempo, e coisas desse tipo temos de evitar no plano. Por isso que eu queria só fazer uma segunda intervenção para colocar objetivamente mesmo. Promover a reabertura das salas, com propaganda, com ofertas. Mais ou menos, como a Benê disse, e a senhora ali colocou, de não ser apenas uma declaração de intenções, mas de colocar objetivamente a reabertura das salas, promovendo a integração e promovendo o convite e o chamado à população, porque com certeza demanda tem.

Obrigado.

P – Estão encerradas as inscrições e as falas.

Agradeço primeiro a todos que colaboraram neste GT. Não tenho nenhum

problema em falar isso: sou professor há três anos, não da rede municipal, passei no último concurso; só estou há um ano na rede municipal, então estou aprendendo muito a respeito da rede, apesar de que este plano não se refere só à rede, mas a uma política de estado que envolve escolas particulares, escolas municipais e do estado, universidades e tudo o mais. Então para mim tem sido um aprendizado, e imagino que para muitos mais um espaço em que debatemos as mesmas coisas. Felizmente ou infelizmente posso falar que esses seis encontros nesse espaço serviu, ao menos para mim, como um aprendizado muito bom, e isso foi propiciado por vocês. Então isso vai ajudar bastante na hora de fazer o relatório.

Outra questão que eu acho que é bom destacar, não sei se todos sabem: os assessores vão anotando, mas tudo é filmado, e depois teremos acesso às Notas Taquigráficas, então aquelas ideias e propostas que foram expostas aqui não precisam ser enviadas por email, porque já serão pegadas aqui mesmo. Agora, se querem detalhar alguma proposta, de que de repente foi exposta de forma mais geral, aí, sim, é bom enviar, ou alguma proposta que não foi elencada na nossa discussão, como as próprias pessoas da Secretaria assim já o fizeram.

Sei que nenhum processo vai ser perfeito. Tem a questão da qualidade do debate, e também temos o prazo para que esse plano seja votado, até porque, como já foi falado aqui, esse plano entrou na Casa e ficou muito tempo na Comissão de Administração Pública. Sou Vereador nesta Casa, e se você me perguntar todos os elementos, o porquê, eu também não sei falar. Sei de alguns, mas com certeza não sei todos. Então também temos a preocupação do presidente da Comissão, o Vereador Reis, que provavelmente já não vai ser presidente da comissão ano que vem. Só estou na Comissão de Educação porque o Vereador Ricardo Young cedeu, que era para eu estar na Comissão de Saúde, então não sabemos os Vereadores que estarão na Comissão de Educação ano que vem, e o empenho desses Vereadores de discutir o Plano Municipal de Educação. Então tem a questão da qualidade, mas temos também uma questão de tempo, que para nós é importante passar na Comissão de

Educação, e, se possível, passar rapidamente na última Comissão de Finanças, para ser votado em plenário.

Não sei se todos estão sabendo, mas nós já propusemos o calendário das audiências. Ainda não pensamos nos temas, mas, dialogando com a Claudete, ela falou uma coisa importante: de pegar alguns temas e não colocar na mesma caldeira. Mas até por conta disso, pelo tempo e pelas audiências, nos obriga a fazer algumas coisas desse jeito mesmo, que ainda não contempla todos. Então faremos cinco audiências públicas nas seguintes datas: 16 de agosto, 23 de agosto, 30 de agosto, 13 de setembro e 20 de setembro. Então serão audiências semanais. Só vamos pular o dia 7 de setembro porque é feriado.

A SRA. CLAUDETE – Eu queria insistir, porque eu sei dos problemas: dedicar uma audiência, pelo menos uma, apenas, específica, para a questão que eu levantei. Acho que dá para fazer um esforço. Mesmo que as discussões perpassem todas as discussões, eu acho que merece ter esse olhar. É preciso fazer um esforço para que se tenha pelo menos uma, e aí articulamos o maior número de pessoas que possam vir dar as suas contribuições. Gostaria que vocês ponderassem em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Estamos pegando todas as contribuições. Ainda não fechamos os temas, só as datas. Temos uma comissão de todos os assessores e, com os assessores da Casa e com os Vereadores, vamos fechar esses temas, e vamos levar todas as questões em consideração. E assim eu saírem os temas, vamos divulgá-los.

Outro problema que teremos diz respeito à questão das escolas: esperamos fechar o texto até o dia 1º de agosto, para divulgá-lo para as escolas. Temos no cadastro do nosso mandato o email de todas as escolas. Então, assim que fecharmos o texto, teremos condições de mandar para todas as escolas e também para a sociedade civil. Caberá a cada escola mobilizar a comunidade escolar e fazer a discussão, e aí já não depende de nós, da Câmara Municipal. Enfim, o texto vai ser disponibilizado para as entidades e para as escolas, e aí

iremos para o debate nas audiências públicas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – O Secretário Callegari esteve na Comissão de Educação faz pouco tempo, 10, 12 dias atrás. Colocamos essa questão da divulgação a ele, mas aí também tem o calendário das escolas do Executivo, e não temos muito como interceder. O Secretário está sabendo. Acho que várias escolas têm essa preocupação de fazer o debate, mas, mesmo que começássemos dia 16 de agosto a primeira audiência, as escolas vão poder contribuir também não apenas no dia 16, mas em todas as datas, até quase em final de setembro. Então temos ainda um tempo para que haja a discussão nos HTPC, no caso.

O SR. ADÃO – Vereador, só um reforço ao que a Claudete estava colocando.

De todas as conferências que temos participado, municipal, estadual, nacional, desde 2009, temas como educação inclusiva, EJA, questão indígena, afrobrasileira, estão todos comprimidos num único espaço. E agora esse período de audiência pública para nós vai ser o último momento, e podemos continuar comprimindo ou respirar um pouquinho entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Bom, vamos levar todas essas questões em consideração.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.